ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS CONTINUAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

Na Filial HGP, as aquisições de imobilizado foram feitas com recurso do contrato de gestão do HGP, a cláusula oitava, item 1.1 destina parte dos recursos para investimentos. No HGP, Contratualmente 5% do valor do repasse mensal é destinado para investimentos, no ano de 2024 o valor total destinado para esse fim foi de R\$ 7.097.171, utilizado durante o ano R\$ 445.790, restando o saldo de R\$ 9.762.263 em repasses a aplicar.

Na Filial HRRM, em março de 2024 a SESPA através do 1º Termo Aditivo autorizou a aquisição de instrumentais cirúrgicos, equipamentos de informática, equipamentos médicos hospitalares e mobiliários, no montante de R\$ 584.568 ainda restando o saldo de R\$ 80.187 a ser aplicado, a SESPA encaminhou móveis e utensílios, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática através de termos de movimentação de bens móveis que totalizaram R\$ 3.432.967.

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

10. Fornecedores

2024	2023
27.007.419	17.669.903
2.177.023	1.703.978
29.184.442	19.373.881
	27.007.419 2.177.023

11. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	5.476.269	6.516.528
Provisão férias e encargos sociai(a)	16.770.267	19.322.355
	22.246.536	25.838.883

a. As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria. Em 2024 foi baixado o valor de R\$ 5.768.459 no HRPA e R\$ 2.197.258 no HRPC da conta de provisão para dissídio coletivo anos de 2022 e 2021 considerando o parecer jurídico de não obrigação emitido em 20/06/2024.

12. Obrigações com terceiros

	2024	2023
Empréstimos SESPA	173.497	173.664
Transição Gestão HR (a)	6.244.394	6.244.394
	6.417.890	6.418.058

a. Em 6 de dezembro de 2018, considerando a proximidade entre a homologação do resultado do processo seletivo da nova Organização Social de Saúde (OSS), a transição de governo estadual e a necessidade de continuidade ininterrupta da prestação dos serviços públicos de saúde no Hospital Regional Público do Araguaia (HRPA), a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA emitiu o Ofício nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, estabelecendo um período de transição de até 60 dias. Com base nesse ofício, foi celebrado um Termo de Parceria com a OSS anterior, o Instituto de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente IDESMA, com vigência até 6 de fevereiro de 2019.

Durante o referido período, em razão da ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a gestão e a execução das ações e serviços de saúde do HRPA sem comprometer a continuidade dos serviços essenciais, o IDESMA permaneceu responsável pela aquisição de materiais e medicamentos, pelos custos com pessoal médico e pelo pagamento de salários, conforme previsto no ofício supracitado. Tais despesas foram custeadas diretamente pelo IDESMA, com a expectativa de ressarcimento por parte da ASELC.

Para viabilizar esse ressarcimento, a ASELC protocolou junto à SESPA solicitação formal de autorização para a utilização de recursos recebidos a título de custeio, no âmbito do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, com o objetivo de quitar as obrigações assumidas pelo IDESMA durante o período de transição. Até a presente data, não houve manifestação ou deliberação adicional por parte do Poder Concedente quanto ao referido pleito, permanecendo inalterado o status da solicitação ao longo do exercício de 2024.

13. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos iudiciais de natureza tributária. trabalhista e cível. A Administração. apoiada

na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

13.1. Provisões para demandas judiciais

	2024	2023
Processos trabalhistas (a)	1.297.22	-
Processos cíveis (b)	21.897	
	1.319.12	_

A Entidade reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, provisões para contingências judiciais classificadas com risco de perda provável, conforme avaliação de seus assessores jurídicos. As provisões referem-se a cinco processos de natureza trabalhista, totalizando R\$ 1.297.244, e a um processo de natureza cível, no montante de R\$ 21.897. No exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2023, não havia saldo provisionado para contingências com risco de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade mantinha processos judiciais com risco de perda classificado como possível, no montante total de R\$ 5.781.213 (R\$ 7.678.167 em 31 de dezembro de 2023) abrangendo ações de natureza cível, trabalhista e criminal. Para esses casos, não foram constituídas provisões, em consonância com a norma contábil vigente, que não exige reconhecimento contábil para contingências classificadas como de perda possível.

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade possuía o patrimônio social no total de R\$ 54.852.015 após integralização do superávit acumulado de anos anteriores e para o exercício corrente apresentou superávit de R\$ 57.251.171 e superávit em 2023 no montante de R\$ 42.500.284.

15. Receitas operacionais líquidas

Receita Contrato de gestão - Estadual (a)		256 .196.127	193.536.131
Receita Contrato de gestão - Municipal (a)		170.311.680	85.155.840
Receitas de doação de materiais médicos (b)		393.500	913.799
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder	(c)	2.735.854	1.843.241
		429.637.161	281.449.011

2024

2023

- a. A Entidade mantém contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, e com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, para a operacionalização de unidades hospitalares. A remuneração contratual é definida com base em orçamento de custeio pré-fixado, considerando a estrutura física e metas de produção quantitativas e qualitativas pactuadas. Não houve glosas ou reduções nos repasses ao longo dos exercícios.
- i) HRPA: Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, com vigência inicial de 07/12/2018 a 06/12/2023, prorrogado até 29/05/2025 por meio dos Termos Aditivos 25º, 27º e 32º. Em 2024, foi publicado o Apostilamento nº 005/2024, que reajustou o valor mensal em R\$ 123.902. A unidade também recebeu recursos do Ministério da Saúde para pagamento do piso da enfermagem (PL 2564/2020), no valor de R\$ 3.306.723,94.
- ii. HRPC: Contrato de Gestão nº 001/SESPA/2021, com início em 25/01/2021 e possibilidade de prorrogação até 60 meses. Em 2024, foram firmados os Termos Aditivos 24º (R\$ 14.277.419) e 26º (prorrogação até 26/01/2026). Também houve repasse do Ministério da Saúde para o piso da enfermagem, no valor de R\$ 5.760.632.
- iii. HRRM: Contrato de Gestão nº 003/SESPA/2023, com início em 01/09/2023 e vigência prorrogada até 01/09/2025 pelo 2º Termo Aditivo.
- iv. HGP: Contrato de Gestão nº 20230226/SEMSA/2023, firmado com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, com vigência inicial de 30/06/2023 a 29/06/2024, prorrogado até 03/07/2025 por meio do 1º Termo Aditivo. A unidade também recebeu recursos do Ministério da Saúde destinados ao pagamento do piso da enfermagem (PL 2564/2020), no montante de R\$ 2.145.000,00.
- b. Os materiais recebidos em doacão, sem contraprestação, são